



## **Guia GIFE**

Sobre Investimento  
Social Privado  
em Educação

## Conselho Diretor - Gestão 2002/2005

### Presidente

Léo Voigt – Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho

### Conselheiros

Ana Maria Wilhelm

Albanisa Pontes

Álvaro Saldanha

Elizabeth Kfuri

Hugo Barreto

Ilona Becskeházy

João Roncati

José Pinto Monteiro

Liu Fat Kam

Miguel Milano

Fundação Abrinq

Fundação Demócrito Rocha

Fundação Belgo-Mineira

Fundação Otacílio Coser

Fundação Roberto Marinho

Fundação Estudar

Fundação Educar DPaschoal

Instituto Xerox

Fundação Romi

Fundação O Boticário de Proteção à Natureza

### Diretora Executiva

Rebecca Raposo

## Guia GIFE sobre Investimento Social Privado em Educação

### Concepção

GAE – Grupo de Afinidade em Educação do GIFE

### Conselho Editorial desta publicação

Daniela Sinhorini

Elaine Fiori

Elizabeth Kfuri

Heloisa Occhiuze dos Santos

Ilona Becskeházy

Lucia Dellagnelo

Fundação Bradesco

Instituto Criança Cidadã

Fundação Otacílio Coser

GIFE

Fundação Estudar

Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho

### Supervisão editorial

Judi Cavalcante

### Coordenação editorial

Vinícius Precioso

### Apoio logístico do Grupo de Afinidade

Alice Lariú

### Pesquisa e redação

Sandra Mara Costa

### Supervisão técnica

Simone Coelho

### Consultoria de conteúdo

Conpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária)

### Revisão

Núcleo de Informação e Comunicação do GIFE

Alexandre da Rocha

Claudia Cândido

Mônica Herculano

### Concepção gráfica

Via Impressa

ISBN: 85-88462-04-4

Esta é mais uma publicação do Centro de Referência Patrícia Bildner/GIFE

Av. Dr. Cardoso de Melo 1666 9º andar Vila Olímpia São Paulo SP 04548-005

Tel/fax 11 3849 2022 www.gife.org.br e-mail crpb@gife.org.br

“Cremos na educação como fator decisivo  
do desenvolvimento e instrumento indispensável  
à realização pessoal do ser humano.”

Amador Aguiar

(1904-1991)

Empresário e idealizador da Fundação Bradesco

Agradecimentos

À colaboração dos seguintes especialistas, por sua reflexão crítica e voluntária:

**Alais Ribeiro Ávila**

Consultora na área de educação

**Bia Cardoso**

Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (Cedac)

**Helena Bomeny**

Preal (Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe)/  
CPDOC - Fundação Getúlio Vargas (RJ)

**José Francisco Soares**

Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME) da FaE/UFMG

**Romualdo Portela de Oliveira**

FEUSP (Faculdade de Educação da USP)

**Simon Schwartzman**

Air Brasil

**Sergei Suarez Dillon Soares**

Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

À **Mônica Patrício**, que, no longo período em que fez parte do GAE, deu animadas e consistentes contribuições.

À **Fundação Lemann** que, mesmo não integrando o GAE e o quadro de associados do GIFE, contribuiu para o financiamento desta publicação.

## **índice**

<b>Mensagem ao leitor</b>	7
<b>Capítulo 1</b> O cenário da educação no Brasil	9
<b>Capítulo 2</b> Princípios para a concepção de um investimento em educação	15
<b>Capítulo 3</b> Possíveis frentes de investimentos	19
<b>Capítulo 4</b> Desafios e oportunidades de investimento	28
<b>Capítulo 5</b> Avaliação de projetos em educação	32
<b>Capítulo 6</b> Recomendações	37
<b>Capítulo 7</b> Experiências bem-sucedidas	44
<b>Apêndice</b> Legislação e educação	62
O Financiamento da educação e o Fundef	66
<b>Glossário</b>	68
<b>Referências bibliográficas</b>	70



## **M**ensagem ao leitor

É com satisfação que o GIFE coloca à sua disposição este “Guia GIFE sobre Investimento Social Privado em Educação”. Nosso objetivo é oferecer ao investidor social privado elementos que possam norteá-lo a desenvolver ou financiar de maneira estratégica projetos sociais em educação capazes de fazer a diferença para as comunidades a que se destinam.

Nesta publicação, disponibilizamos, em linguagem clara e objetiva, informações básicas sobre a estrutura educacional brasileira, os aspectos essenciais a serem observados na hora de realizar um investimento social privado em educação e orientações quanto a como investir. Seguindo a linha editorial adotada pelo GIFE, este guia não se propõe a oferecer receitas infalíveis para serem seguidas à risca, mas a ser um bom ponto de partida.

Com base nesses dados, as organizações privadas que desejam iniciar ou ampliar sua atuação ou apoio à área educacional terão melhores condições de diferenciar uma ação de investimento social privado das outras iniciativas que também compõem a extensa agenda da responsabilidade social empresarial.

O processo de elaboração desta publicação envolveu a realização de pesquisas e entrevistas com especialistas, a consulta a instituições referenciais no setor e, especialmente, às organizações que compõem o Grupo de Afinidade em Educação (GAE) do GIFE, onde nasceu a idéia de produzir esse guia.

Formado por 39 associados, o GAE foi criado há dois anos e seus integrantes se reúnem frequentemente, presencial e virtualmente, para trocar experiências e informações, refletir sobre conceitos e políticas, debater idéias, construir estratégias e alianças. Consolidar esse rico repertório em uma publicação que também trouxesse um panorama geral sobre a educação no Brasil nos pareceu uma forma eficiente de democratizar, de modo organizado, o conhecimento acumulado por essa rede – direta ou indiretamente, a área educacional é foco de atuação de mais de 80% dos associados do GIFE.

Entendemos que a educação é a base dos processos de desenvolvimento e transformação de qualquer sociedade e que o lançamento desse guia também se insere no esforço de transpor para a prática o discurso de que investir em educação é uma prioridade. Esperamos que ele atinja os objetivos traçados e que contribua para atender à real demanda por informações que o investidor social privado no Brasil vem manifestando nos diversos fóruns de que o GIFE participa.

**Léo Voigt**  
Presidente do GIFE

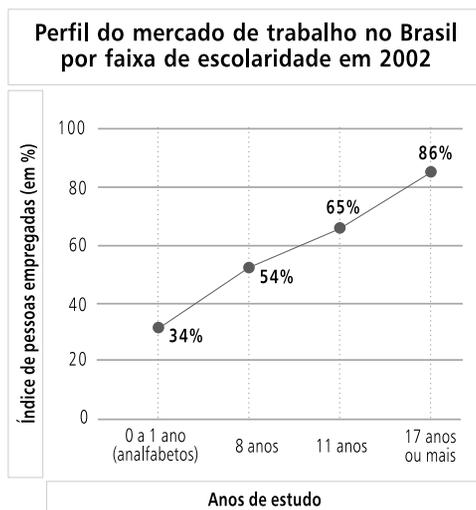
**Conselho Editorial**  
GAE – Grupo de Afinidade  
em Educação do GIFE

### ○ cenário da educação no Brasil

Aliada vital para promover a mobilidade social, a educação desempenha papel determinante no desenvolvimento do capital humano e na geração de riquezas e tem impactos diretos em outros campos além do econômico – no crescimento populacional, nas taxas de mortalidade e na longevidade, na participação política e nas dinâmicas familiares, para ficarmos em poucos exemplos.

No plano do desenvolvimento econômico, estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) confirmam que discrepâncias no grau de escolaridade da força de trabalho são o principal determinante do elevado nível de desigualdade salarial observado no Brasil. Demonstram ainda que essas diferenças no nível educacional aparentam estar associadas ao excesso de desigualdade de renda do país em relação ao mundo desenvolvido.

Em termos de educação, o país apresenta um atraso de cerca de uma década em relação a nações com padrão de desenvolvimento similar. Os brasileiros têm, em média, sete anos de estudo e, como era de esperar, à medida que o nível de escolaridade aumenta, sobe o percentual de população empregada (veja gráfico na página seguinte). O impacto do nível educacional sobre a capacidade de gerar renda não pára por aí: ainda segundo o Ipea, cada vez que uma pessoa completa uma etapa de estudo, sua remuneração aumenta cerca de 50%.



FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2002

Nos últimos anos, o cenário da educação no Brasil evoluiu consideravelmente, mas não o suficiente para fazer frente às necessidades de desenvolvimento e crescimento do país. A virada de jogo depende da vontade, do investimento de recursos e da atuação da coletividade de maneira articulada, na influência e pressão pela efetivação das políticas públicas.

Conhecer o estado da arte da educação no Brasil constitui-se no primeiro passo para que o investidor social privado desenvolva um trabalho sério e que traga resultados efetivos nessa área. Afinal, de que forma caminha a educação no Brasil?

Sete variáveis devem ser analisadas para responder a esta pergunta: taxa de analfabetismo, cobertura ou atendimento escolar, taxas de escolarização líquida, aprovação e reprovação, abandono escolar e distorção idade-série. Uma análise sobre os últimos dados disponíveis quanto a esses indicadores trazem as seguintes revelações:

- **Analfabetismo:** vem caindo. A taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos em 2000 era de 13,3%, contra 15,5% em 1995 e 20,0% em 1986
- **Atendimento:** sobe. Em 2000, 96,4% das crianças entre 7 e 14 anos estavam matriculadas na escola, contra 80,9% em 1980; na faixa etária entre 15 e 17 anos, 83% dos adolescentes estavam matriculados na escola em 2000, perante 49,7% em 1980. Ainda há poucos dados disponíveis sobre a educação infantil, na qual se encontram as crianças entre 0 e 6 anos, mas é possível afirmar que menos de 26,5% da população nessa faixa etária recebiam atendimento em creches ou pré-escolas em 2002
- **Taxa de escolarização líquida,** que corresponde ao percentual de alunos que freqüentam o nível de ensino adequado à sua faixa etária: vem subindo. No ensino fundamental (7 a 14 anos), a taxa de escolarização líquida era de 94,3% em 2000, contra 80,1% em 1990; no ensino médio, era de 33,3% em 2000, ante 14,3% em 1990
- **Taxas de aprovação, reprovação e de afastamento por abandono:** aumenta a aprovação, caem a reprovação e o abandono dos estudos. 77,3% dos alunos de ensino fundamental passaram de ano em 2000, 10,7% foram reprovados e 12% abandonaram os estudos. Em 1996, 71,8% foram aprovados, 13,9% reprovados e 14,3% deixaram de estudar. No ensino médio, as taxas de aprovação, reprovação e de abandono em 2000 foram, respectivamente, 75,8%, 7,5% e 16,7%, em relação a 71,6% de aprovação, 9,5% de reprovação e 18,9% de abandono em 1996
- **Taxa de distorção idade-série,** que indica em que percentual de crianças e jovens existe discrepância entre a idade adequada para cursar um determinado nível de ensino e a idade real em que esse nível é cursado: vem caindo, mas continua elevada. No ensino fundamental, a distorção idade-série diminuiu de 47% em 1996 para 39,1% em 2001

O período 1994-2002 caracterizou-se por investimentos importantes na área da educação no Brasil. Aprovada em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que contém os principais parâmetros que regem o setor no Brasil, contribui para acelerar este processo. A marca dessa fase foi a implementação de políticas públicas de universalização do ensino fundamental não só para a faixa etária de 7 a 14 anos, mas a todos os brasileiros que não tiveram oportunidade de se escolarizar na idade apropriada.

A democratização do ensino fundamental e as campanhas de incentivo à volta à escola influenciaram todo o mapa da educação no Brasil, o que se reflete claramente tanto no crescimento das taxas de escolarização líquida, quanto dos índices de atendimento. A principal lacuna do ensino fundamental, hoje, não está no atendimento, mas na qualidade do ensino e na distorção idade-série. A qualificação do corpo docente tem sido o principal instrumento do Ministério da Educação (MEC) para solucionar essa questão. No ensino médio e na educação infantil, todavia, a carência nos níveis de cobertura ainda é a dificuldade premente.

## Outros números da educação no Brasil

- **54.880.448** alunos estavam matriculados na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio em 2002 (inclusive educação especial e educação de jovens e adultos);
- **87,6%** dos alunos brasileiros estavam na rede pública de ensino em 2002;
- **32%** mais alunos se graduaram no ensino superior em 2000 em relação a 1994 (subiu de 245.887 para 324.753);
- **1,6%** (2.693.098) da população brasileira estava matriculada no ensino superior em 2000;
- **34,6%** dos alunos se graduaram no ensino superior em instituições de ensino públicas em 2000.

**DICA DE  
CONSULTA**

Fonte: MEC/Inep/Seec

**[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)**

Análise e educação por meio de estatísticas  
Informações em nível nacional, regional,  
estadual e municipal

EM  
SÍNTESE

- Educação promove mobilidade social, desenvolvimento de capital humano e geração de riquezas
- O baixo nível de escolaridade da população brasileira implica desigualdade salarial e, por conseguinte, desigualdade de renda
- Nível de escolaridade elevado contribui para a empregabilidade
- A taxa de analfabetismo no Brasil cai, mas ainda beira **13%**
- A cobertura de atendimento escolar no ensino fundamental e no ensino médio cresce. O ensino fundamental está praticamente universalizado, mas a oferta de vagas na educação infantil e no ensino médio ainda é baixa
- Mais crianças passam de ano, menos crianças deixam a escola, mas a distorção idade-série ainda é preocupante
- Melhorar a qualidade do ensino é um dos principais desafios

### **P** rincípios para a concepção de um investimento em educação

A análise dos indicadores sociais do Brasil, tanto quanto a observação pragmática da realidade, coloca especialistas e leigos juntos e bem à vontade para postular que o investimento em educação é o único caminho capaz de trazer progressos permanentes para o país. Uma reflexão mais cuidadosa sobre tal consenso levanta, todavia, uma questão fundamental: afinal, de que educação estamos falando?

Por mais variadas que sejam as definições clássicas de educação, dois aspectos despontam como denominadores comuns no pensamento de diversos estudiosos do tema: a educação é um processo onde o ser humano se desenvolve e se transforma continuamente e o ato educativo permeia toda a vida social.

A Constituição Federal de 1988 é clara ao afirmar que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). Aprovada em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que contém os principais parâmetros que regem o setor no Brasil, amplia o escopo desse compromisso constitucional, salientando que a educação deve ser inspirada em princípios de igualdade, liberdade, pluralismo de idéias e concepções pedagógicas e ideais de solidariedade humana (leia mais sobre a nova LDB no Apêndice desta publicação).

À parte desses fatores, é objetivo das organizações sem fins lucrativos de vanguarda que o investimento social privado na área da educação não se configure num veículo de perpetuação das desigualdades sociais – ao contrário, que seja um meio eficaz de reduzi-las, rompendo com os históricos ciclos de miséria e promovendo a melhoria da qualidade de vida, especialmente dos segmentos mais fragilizados da sociedade. Daí, a busca por criar ou apoiar programas que de fato promovam a população-alvo, que encarem o educando como sujeito de direitos e ator do processo de aprendizagem e visem conferir-lhe autonomia, consciência crítica e preparo para o exercício pleno da cidadania – que vai desde a capacidade de escolher seus governantes até a adequada inserção no mercado de trabalho.

## **Parcerias entre organizações e políticas públicas**

Outra preocupação crescente entre os investidores sociais privados mais experientes é apoiar programas ou projetos sociais em conjunto com outras instituições. Tais parcerias podem apresentar diferentes níveis de integração e sua função é estabelecer uma dinâmica de colaboração em torno de objetivos comuns, com base na soma de competências e de forças.

As relações de parceria podem envolver a atuação conjunta de empresas – ou de seus institutos ou suas fundações –, organizações da sociedade civil, centros de pesquisa, universidades e órgãos públicos.

Trabalhar em parceria tende a elevar a qualidade do projeto, à medida que cada parceiro comparece com aporte de *know-how* específico à ação empreendida, leva à otimização de recursos, promove a troca de experiências, a formação de redes e o desenvolvimento de tecnologia de ponta na área social. Confere, ainda, visibilidade e força política ao projeto, favorecendo sua repercussão na sociedade e na esfera pública.

A articulação com os órgãos públicos merece atenção especial do investidor social privado e deve ser vislumbrada desde a origem do projeto. Ela será determinante para que experiências bem-sucedidas – desenvolvidas, testadas, aprimoradas e sistematizadas pelo investidor social privado em escala piloto – sirvam de inspiração para a elaboração e implementação de políticas públicas inovadoras. Assim, aproveitando a capilaridade e a capacidade de aportar recursos das estruturas governamentais, é possível beneficiar um número muito maior de pessoas. Além disso, essa articulação pode ser o caminho para a perenização desse investimento que nasce privado e cresce e se fortalece no espaço público.

## O que se espera de um projeto de investimento social privado em educação?

- A percepção do educando como sujeito – e não objeto – do processo de aprendizagem
- O respeito à igualdade de direitos, à dignidade, à diversidade étnica e cultural, ao meio ambiente e a outras formas de vida
- A valorização da democracia como processo de participação e inclusão social
- O preparo para o exercício da cidadania como meta do processo educativo
- O trabalho pela redução das desigualdades sociais e pelo rompimento dos ciclos de miséria
- A primazia pela qualidade nas ações educativas
- A atuação em parceria com instituições congêneres, outras organizações da sociedade civil, universidades e/ou setor público
- A busca de benefícios permanentes às populações-alvo
- A aproximação com órgãos municipais, estaduais e/ou federais de educação, a fim de influenciar a elaboração e implementação de políticas públicas

### **P**ossíveis frentes de investimentos

Duas grandes frentes de trabalho despontam no horizonte quando se planeja uma iniciativa de investimento social privado em educação: a da educação escolar pública, situada no campo do ensino formal e na qual se encontra a escola pública, e a das iniciativas não-formais de ensino, especialmente aquelas praticadas por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e chamadas de ações complementares à escola.

Este capítulo apresenta de maneira sucinta como está estruturada a educação escolar no Brasil e traz esclarecimentos quanto ao perfil típico dos programas de ação complementar à escola, considerando a diversidade de propostas encontradas nessa área.

#### **Educação escolar**

A educação escolar brasileira está dividida em dois níveis:

**Educação básica,**  
composta por educação infantil,  
ensino fundamental e ensino médio

#### **Educação superior**

## **Educação básica**

Conforme definido por lei, a educação básica no Brasil objetiva desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

### **Educação infantil**

Primeira etapa da educação básica, a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Sob a responsabilidade dos municípios, a educação infantil é oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 anos de idade, e em pré-escolas para crianças entre 4 e 6 anos. A educação infantil é considerada um direito público e etapa essencial para o desenvolvimento da criança desde seus primeiros anos de vida.

### **Ensino fundamental**

O ensino fundamental tem duração mínima de oito anos, possui caráter obrigatório e é oferecido gratuita e prioritariamente pela rede pública municipal. Corresponde ao antigo 1º grau e acolhe, em regra, crianças com ida-

de entre 7 e 14 anos. Tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

## **Ensino médio**

O ensino médio é a etapa final da educação básica e possui duração mínima de três anos. Corresponde ao que se costumava chamar de 2º grau, colegial ou científico. Não é obrigatório como o ensino fundamental,

mas a Constituição Federal de 1988 prevê sua progressiva universalização. É oferecido prioritariamente pela rede estadual.

São objetivos do ensino médio:

- A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo de modo a ser capaz de se adequar com flexibilidade a novas condições e ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- O aprimoramento do educando, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, no ensino de cada disciplina.

## Educação superior

A educação superior é composta de cursos de graduação, de pós-graduação, cursos de extensão e cursos seqüenciais por campos de saber. Segundo a legislação brasileira, tem entre outras finalidades:

- Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

## **Outras importantes modalidades de ensino no âmbito da educação escolar:**

### **Educação especial**

Oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais. É um dever constitucional do Estado e tem início na faixa etária de 0 a 6 anos, que corresponde à educação infantil, estendendo-se até o ensino superior.

### **Educação indígena**

Oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com o objetivo de lhes proporcionar a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências, bem como de lhes garantir o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades.

### **Educação ambiental**

É orientação do Ministério da Educação (MEC) que o tema meio ambiente seja tratado de forma transversal em projetos educativos da escola, de modo que os alunos tenham instrumentos para se posicionar diante das questões ambientais.

## Educação de jovens e adultos

A legislação brasileira garante oportunidades de aprendizagem, por meio de cursos e exames supletivos, a jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

## Educação profissional

Disponível a alunos matriculados ou egressos do ensino fundamental, médio ou superior, essa modalidade de educação foi concebida como complementar à formação geral e busca o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva por meio de cursos pontuais ou modulares.



**DICA DE  
CONSULTA**

Para saber mais sobre essas modalidades  
de educação, consulte o site do MEC

**[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)**

## Ações complementares à escola

Oportunidades educacionais de natureza não-formal voltadas à faixa etária entre 7 e 18 anos costumam ser oferecidas por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, em períodos alternados aos da escola. Vem daí a designação de ações complementares à escola.

As ações complementares à escola consistem em atividades educativas concebidas de forma livre, sobre as quais não incide regulamentação específica. São capitaneadas majoritariamente por organizações constituídas sob a forma de associações de moradores, fundações dedicadas à operação de projetos sociais, entidades ligadas a instituições religiosas ou criadas por grupos de voluntários e ativistas sociais.

Não há disponível um mapeamento completo que dimensione o universo de organizações dedicadas às ações complementares à escola no Brasil ou tampouco delimite a natureza das atividades oferecidas. De maneira geral, tais instituições trabalham conteúdos nas áreas das artes, cultura, esportes, lazer, do exercício da cidadania ou da introdução ao mundo do trabalho. Atuam, ainda, como pólos de reforço escolar. Comumente têm como critério o atendimento à criança e ao adolescente que estejam matriculados e cursando a escola formal, na perspectiva de fortalecer o ensino público.

Com o crescente e definitivo ingresso da mulher no mercado de trabalho e a falta de oferta de atendimento em período integral nas escolas públicas, as iniciativas no campo das ações complementares vêm ganhando força e se consolidando como alternativa viável para pais e mães que não querem deixar seus filhos sem assistência, no período do dia em que não estão na escola.

A natureza autônoma e a validade de propostas das organizações que atuam no segmento das ações complementares fizeram delas uma das frentes preferidas para a atuação do investidor social privado na área da educação. Seu fortalecimento institucional, a construção ou aperfeiçoamento de suas propostas pedagógicas e mesmo sua articulação com as estruturas de ensino formal – fazendo justiça ao título de “complementares à escola” – são desafios recorrentes.

EM  
SÍNTESE

### Onde depositar esforços e recursos

**Escola pública** – Equipamentos de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio ou de educação superior; apoio a ações que visem atender necessidades de aumento da qualidade de ensino e da gestão escolar e na ampliação da oferta de serviço, acompanhada do devido apoio à estruturação administrativa e pedagógica, quando os níveis de atendimento forem insuficientes para dar vazão à demanda

**Ações complementares à escola** – Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, voltadas ao desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, esportivas, de reforço escolar, introdução ao mundo do trabalho, exercício da cidadania etc

### **D**esafios e oportunidades de investimento

A leitura da realidade brasileira por meio dos indicadores da área educacional evidencia uma série de desafios que se aplicam, de forma geral, a todas as regiões do país. Buscar caminhos que contribuam para equacioná-los é uma boa maneira de o investidor social privado estreitar na área educacional.

Apresentamos, a seguir, alguns desafios que a área da educação precisa superar e suas respectivas oportunidades de investimento. Recomendamos, todavia, que o conteúdo seja considerado de maneira integrada, uma vez que algumas das estratégias sugeridas aplicam-se, em menor ou maior grau, a vários desafios aqui relacionados.

Desafios a serem superados	Possibilidades/oportunidades de atuação
Analfabetismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio a programas de alfabetização de adultos</li> <li>• Campanhas para incentivar o público-alvo a voltar a estudar</li> </ul>
Oferta de atendimento insuficiente na educação infantil e baixa qualidade de atendimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio aos equipamentos de educação infantil públicos e da sociedade civil para ampliação do atendimento, bem como a organizações da sociedade civil para a implementação de creches e pré-escolas</li> <li>• Apoio à construção do projeto pedagógico</li> <li>• Campanhas de mobilização pela garantia do acesso</li> <li>• Capacitação de educadores</li> </ul>
Baixa qualidade do ensino fundamental e do ensino médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação de professores</li> <li>• Fortalecimento da gestão escolar</li> <li>• Aquisição e/ou produção de materiais de apoio</li> <li>• Desenvolvimento dos conselhos escolares</li> <li>• Campanhas de engajamento dos pais (Associação de Pais e Mestres)</li> <li>• Criação de prêmios de incentivo à qualificação do professor</li> <li>• Apoio a programas de ação complementar à escola</li> </ul>
Oferta de atendimento insuficiente no ensino médio e baixa permanência no ensino médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio aos equipamentos de ensino médio públicos e da sociedade civil para ampliação do atendimento</li> <li>• Campanhas para incentivar o público-alvo a frequentar o ensino médio</li> <li>• Promoção de articulações empresa-escola</li> <li>• Capacitação de educadores</li> </ul>

Desafios a serem superados	Possibilidades/oportunidades de atuação
Baixa adesão ao ensino médio	<ul style="list-style-type: none"><li>• Campanhas para incentivar o público-alvo a voltar a estudar</li><li>• Mobilização em torno da oferta de vagas noturnas</li><li>• Incentivo a campanhas de articulação empresa-escola</li><li>• Programas de bolsas de estudo</li></ul>
Repetência, distorção idade-série e evasão escolar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Capacitação de professores</li><li>• Aquisição e/ou produção de materiais educacionais de apoio</li><li>• Investimento em novas metodologias de ensino</li><li>• Programas de engajamento das famílias</li><li>• Campanhas de valorização do estudo</li><li>• Incentivo a programas de erradicação do trabalho infantil</li></ul>
Deficiência em infra-estrutura nos estabelecimentos de educação – deterioração das instalações, carência de bibliotecas, de quadras esportivas, laboratórios de ciências e de informática e de acesso à internet	<ul style="list-style-type: none"><li>• Campanhas de valorização e conservação do ambiente escolar</li><li>• Apoio à compra de livros e equipamentos, incentivando a formação de bibliotecas escolares</li><li>• Reforma na estrutura física</li><li>• Campanhas de mobilização de recursos da comunidade para benfeitorias na escola</li><li>• Capacitação dos profissionais auxiliares das atividades de ensino</li></ul>

Desafios a serem superados	Possibilidades/opportunidades de atuação
Fragilidade dos programas de ação complementar à escola	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação de educadores</li> <li>• Apoio à construção do projeto pedagógico</li> <li>• Fortalecimento institucional</li> <li>• Campanhas de mobilização de pais e comunidade</li> </ul>
Insuficiência de vagas e baixa efetividade dos programas de educação profissional e capacitação para o trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação do empresariado para possibilitar a formação simultânea à atividade prática para adolescentes que buscam o primeiro emprego</li> <li>• Qualificação das instituições de ensino não-formal dedicadas à profissionalização do adolescente</li> <li>• Atualização dos programas de ensino das instituições dedicadas à profissionalização do adolescente para o atendimento das demandas do mundo produtivo moderno</li> </ul>
Baixa qualidade do ensino superior	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cessão de bolsas de estudo (“grants”) para alunos de pós-graduação</li> <li>• Apoio à pesquisa científica</li> <li>• Premiações para os melhores alunos e para professores que se destacam em suas áreas de conhecimento</li> </ul>
Influenciar a criação de políticas públicas ou a universalização de políticas já existentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Campanhas de mobilização</li> <li>• Articulação política e participação efetiva em redes, associações que congreguem organizações do terceiro setor e nos conselhos paritários já previstos em lei</li> </ul>

### **A**valiação de projetos em educação

Traço típico do investimento social privado, o compromisso com a geração de impacto só se realiza por completo por meio da avaliação criteriosa de processos e resultados, para aferir se os objetivos da ação social idealizada foram alcançados. Assim como os investidores da economia de mercado analisam a “taxa de retorno” de seus negócios, o investimento social em educação deve ser cuidadosamente avaliado para determinar sua relevância e sua eficácia.

A avaliação é fundamental para saber se estão sendo atingidos os resultados esperados com um projeto social, para colher subsídios para eventuais correções de rumo no meio do processo e para analisar se os resultados obtidos são compatíveis com o investimento realizado. Afinal, os recursos do investidor social privado são limitados, enquanto as carências em educação num país como o Brasil têm proporções gigantescas. Aplicar recursos em ações que não conseguem fazer diferença soa como desperdício de tempo e dinheiro.

Fazer diferença na área da educação é investir nas condições necessárias para a promoção da aprendizagem efetiva dos indivíduos que participam do processo educacional. Um dos grandes problemas do sistema público de ensino no Brasil é que muitos recursos são investidos em áreas não diretamente relacionadas à promoção da aprendizagem. Assim, gasta-se muito sem garantir que a educação alcance seu objetivo maior.

A avaliação de qualquer projeto de educação deve conter perguntas que revelem se os participantes adquiriram compe-

tências pessoais, sociais, cognitivas e profissionais. O primeiro passo para uma avaliação é determinar qual o foco principal da aferição – por exemplo: verificar a eficácia da metodologia utilizada, os resultados gerados pelo projeto ou ambos. O enfoque principal selecionado norteará as perguntas exatas e objetivas a serem feitas no instrumento de avaliação.

O foco e as perguntas a serem respondidas resultarão no conjunto de indicadores a ser acompanhado. Indicadores são parâmetros concretos, mensuráveis, que determinam em que medida os resultados do projeto foram alcançados. Um indicador fundamental que deve estar presente em qualquer avaliação na área de educação é o de aprendizagem, que serve para demonstrar se os alunos realmente se apropriaram do conhecimento gerado por meio das atividades educativas. Afora este, cada projeto deverá definir os indicadores que melhor captam as características e os objetivos das ações desenvolvidas, de tal forma que possam ser apresentados de maneira clara e transparente.

Outro aspecto crucial para ter sucesso na avaliação é a garantia de um sistema confiável de registro e coleta de informações durante todo o projeto, a começar pela etapa anterior à sua implementação: o diagnóstico. É nesta etapa que se levantam as informações essenciais para compreender a realidade que se pretende corrigir e estabelecer parâmetros comparativos.

O mesmo cuidado com o sistema de informações deve perdurar ao longo do projeto, quando se realiza a avaliação pro-

cessual, até a etapa de avaliação de resultados e de impacto propriamente dita. A avaliação de resultados realizada na conclusão do projeto checa se os objetivos e as metas traçados foram atingidos e se as estratégias escolhidas foram corretas, dentro de uma perspectiva de aprendizado. Já a avaliação de impacto, efetuada após um certo tempo de conclusão do projeto, irá verificar os efeitos do projeto em uma dada realidade que se pretendia alterar.

A avaliação de projetos deve ser executada por técnicos especializados que pertençam aos quadros de colaboradores das organizações envolvidas ou por consultores externos. Nos dois casos, há vantagens e desvantagens que deverão ser consideradas no momento de se estruturar a avaliação. Muitas vezes, opta-se por combinar os dois tipos – avaliação interna e externa – visando a maximização de tempo e recursos.

O processo de avaliação levanta, ainda, elementos para a reflexão e o desenvolvimento de tecnologias em projetos sociais, que podem ser sistematizadas e multiplicadas, ampliando o escopo da ação. Experiências bem-sucedidas, avaliadas e sistematizadas podem ser implementadas por outros atores sociais e transformar-se em políticas públicas. A influência na política pública é a melhor maneira de conferir escala aos projetos sociais do investidor social privado.

## O que é importante considerar quando o tema é avaliação

- Inclua os investimentos na avaliação no orçamento do projeto
- Não negligencie a avaliação – ela é a única maneira de verificar se o projeto que você financia ou desenvolve é eficaz
- Atente para a definição de indicadores adequados. Lembre-se de que, em projetos de educação, é imprescindível incluir indicadores de aprendizagem de competências para o desenvolvimento humano
- Não existe um modelo único de avaliação. Para cada projeto deve ser elaborado um plano de avaliação com perguntas e indicadores que contemplem o diagnóstico inicial, os objetivos almejados, as metodologias e estratégias utilizadas, o papel dos diferentes atores no processo (incluindo a comunidade) e os resultados alcançados
- Garanta um bom sistema de registro e coleta de informações desde a fase inicial de implementação do projeto
- Não busque soluções caseiras – acione em seu quadro um profissional preparado ou contrate um consultor especializado

## Avaliar a educação também é prática da União

Avaliar ações educacionais é tão importante que também a União, em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), possui sistemas estabelecidos de avaliação do ensino fundamental, médio e superior no Brasil. Tais processos começaram a ser implementados em 1990 e a intenção é colher subsídios para melhorar a qualidade do ensino. A seguir, as três principais modalidades de avaliação da educação formal no país:

### **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**

– Avalia o desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio nas principais disciplinas ministradas, por meio de exames realizados por amostragem. As escolas e as turmas que participam do Saeb são escolhidas aleatoriamente e as provas acontecem a cada dois anos. São aplicadas em alunos das últimas séries de cada ciclo do ensino fundamental (4ª e 8ª séries) e da 3ª série do ensino médio. Além das provas, alunos e profissionais de escolas respondem a questionários sobre perfil socioeconômico, hábitos de estudo, material didático, práticas e condições de ensino. Foi implementado em 1990

**Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)** – Acontece anualmente e foi aplicado pela primeira vez em 1998. Visa medir as competências e habilidades gerais dos alunos que concluem o ensino médio, como a habilidade de pensar e de interpretar dados e informações. Os alunos participam das provas mediante inscrição voluntária. Algumas universidades já utilizam o resultado do Enem em seus processos de seleção de alunos

**Exame Nacional de Cursos, ou Provão** – Exame realizado pelos formandos dos cursos de graduação do ensino superior, com o objetivo de traçar um diagnóstico dos cursos avaliados e servir de instrumento para a melhoria do ensino. Desde que foi implementado, em 1996, a adesão ao Provão vem aumentando. Em 2002, o exame permitiu a avaliação de 24 áreas, abrangendo cerca de 90% dos formandos do ensino superior no Brasil

### **R**ecomendações

Neste capítulo, apresentamos recomendações que devem ser observadas quando da concepção de um projeto de investimento social privado em educação.

#### **Concepção do projeto**

- Uma regra básica para a efetividade de um projeto social é que ele seja concebido segundo demanda identificada em diagnóstico.
- Consulte estudos e pesquisas existentes sobre investimento social privado na região onde pretende atuar.
- Evite impor ou “vender” idéias, em detrimento às reais motivações e interesses dos beneficiários. Supor que existe adesão, sem evidências claras de correspondência por parte do público-alvo, é comprometer as chances de sucesso do projeto.
- Planeje, implemente, registre, avalie, ajuste, sistematize e difunda sua experiência. Só assim o seu investimento pode ganhar escala e, conseqüentemente, causar maior impacto social efetivo.
- Todo projeto deve explicitar com clareza porque está sendo formulado, para que está sendo posto em prática e, principalmente, como será realizado, ou seja, quais são suas estratégias de ação. Por mais óbvio que pareça, muitos projetos fazem análises macro, delineiam estratégias gerais e não apresentam caminhos concretos de

atuação. A educação se faz no micro – são os pequenos gestos e a definição de intervenções no cotidiano que transformarão de fato o cenário.

- Defina um foco de atuação e mantenha-se nele. Embora as demandas em educação sejam enormes, pulverizadas e sempre muito importantes, é impossível abraçar tudo sozinho. Porém, cuidado para que o foco não fragmente a ação pedagógica, que deve ser necessariamente integrada.
- Educação é processo, é investimento de médio e longo prazo. Não se podem esperar transformações profundas de ações pontuais. Em educação é preciso ter intencionalidade e objetividade. Pode-se ter urgência, mas nunca pressa. Coloque o pragmatismo e a cultura de “fazer as coisas acontecerem” tão típicas do empresariado a serviço dos projetos que a organização apóia, mas não perca de vista que as ações sociais têm ritmo naturalmente mais lento que as ações do mundo dos negócios.
- É recomendável que as ações de investimento social privado tragam a preocupação explícita com a conquista de autonomia dos projetos apoiados e a formação de quadros locais. Caso contrário, pode emergir uma relação de dependência. Na prática, essa preocupação deve manifestar-se no desenho e na implementação de estratégias específicas para esse fim.
- Norteie suas definições de apoio pelo conceito do investimento estratégico. Busque ações integradas e de âmbito

sistêmico, de qualidade consistente e implementação duradoura, ações alternativas e alterativas (isto é, que tenham capacidade de inovar e gerar mudanças). Que possam ser disseminadas e multiplicadas em escala, que mobilizem órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil em favor da educação.

- Tenha claro que é intrínseco ao investimento social privado em educação o desembolso de recursos financeiros. Doar dinheiro (na concepção de investimento exposta neste Guia) é fundamental para a realização de qualquer projeto social.
- Evite investir em soluções paliativas, exceto em situações emergenciais. Ações paliativas e de caráter imediatista são insuficientes para promover mudanças estruturais.
- Não patrocine projetos discriminatórios e estigmatizantes. Fuja, por exemplo, dos cursos profissionalizantes limitados ao mero adestramento numa ou noutra técnica. Prefira ações que busquem o desenvolvimento integral dos educandos, o conhecimento do mundo do trabalho, a ampliação do seu universo cultural.
- As decisões de investimento devem passar por uma análise técnica criteriosa para definir prioridades. A título de exemplo, investir no fortalecimento das instâncias de participação nas escolas (conselhos, grêmios) pode ser uma necessidade anterior ao financiamento de uma reforma nas instalações, uma vez que o fortalecimento dessas instâncias pode mobilizar a escola não só para disparar um processo de reforma física como para outros tipos de melhorias.

- Internalize em sua empresa ou em sua fundação ou seu instituto empresarial apoio técnico especializado para dar suporte à estruturação e implementação do seu projeto. Lembre-se de que, como qualquer área, a educação tem dinâmicas próprias, e o seu gerenciamento requer conhecimento e experiência. Não caia no improviso. O seu compromisso social e o de seus colaboradores é fundamental, mas não é suficiente.
- É legítimo que as empresas queiram associar o trabalho social que desenvolvem à sua imagem institucional. Isso não significa, porém, que a ação social de cada empresa seja sinônimo de um novo projeto. Associar-se a uma boa idéia é tão válido quanto criar um novo projeto. Uma boa idéia pode ganhar escala se várias empresas a financiarem.
- Evite sobrepor ou duplicar esforços – prefira estabelecer parcerias. Se o propósito é fortalecer a escola pública, trabalhe na perspectiva da cooperação e fortaleça iniciativas já existentes em vez de criar redes paralelas. O investidor social privado não é um substituto do Estado, não é um instituidor de políticas públicas, mas um potencial influenciador dessas políticas públicas.

## Relações de parceria

- Trabalhe em parceria com outros investidores sociais privados – empresas, institutos ou fundações – que também atuem na área da educação para ganhar *know-how* e escala.
- Estabeleça parcerias e alianças com os organismos da educação nos estados e municípios, que são os gestores do ensino público. É uma boa maneira de caminhar para a influência na formulação de políticas públicas e, portanto, perenizar seu investimento.

## Avaliação

- Preveja recursos para a avaliação desde a concepção do projeto.
- Crie mecanismos de acompanhamento e avaliação adequados à área da educação, em que os processos são quase tão importantes quanto os resultados.
- Garanta a definição de indicadores – quantitativos e/ou qualitativos – muito claros dos resultados que se pretende alcançar. Os procedimentos de avaliação a serem adotados não podem, em hipótese alguma, ignorar a orientação inicial do projeto.
- Inclua ou envolva a instituição beneficiária para o planejamento e a efetuação da avaliação. Promova uma cultura em prol da avaliação nos equipamentos de educação.

## Apoio às iniciativas de educação formal e não-formal

- As escolas podem ser pólos de desenvolvimento da comunidade, portanto estimule ações de integração da escola com a comunidade. Da mesma forma, o envolvimento da comunidade – pais e vizinhança – também contribui para a melhor performance da escola. Incentive ações que dinamizem os canais de participação da comunidade na vida escolar, a exemplo dos conselhos escolares.
- Estimule a aproximação e a articulação entre as escolas e os equipamentos de ação complementar à escola. Existem imensas possibilidades de sinergia entre essas duas frentes que, em regra, não são aproveitadas.
- Considere projetos de investimento em infra-estrutura para as novas tecnologias da comunicação, articulados com ações educacionais voltadas ao bom uso dessas ferramentas. Quando bem aproveitado, o acesso às novas tecnologias da comunicação provê condições de desenvolvimento e educação excepcionais.
- Evite o investimento em infra-estrutura descolado do investimento em ações pedagógicas.
- Apóie ações pela profissionalização da gestão da escola ou do equipamento de educação complementar à escola, inclusive processos de avaliação e supervisão. Liderança e habilidade da direção são essenciais, bem como a participação e o compromisso dos professores/educadores.

Quanto mais profissionalizado for um equipamento escolar, melhores serão os seus resultados.

- Os tempos atuais trouxeram ao professor a necessidade de lidar com desafios que vão além do magistério, como a violência ou a família que se desfez e que já não educa mais. Capacitar professores para gerenciar essas situações pode fazer toda a diferença em um projeto de apoio a uma escola.
- Não se pode falar em sustentabilidade para organizações da sociedade civil voltadas à educação antes de equacionar suas necessidades de capacitação pedagógica e administrativa. Sem capacitação adequada, é difícil compreender a sustentabilidade.
- As escolas precisam aprender a mobilizar, pleitear e acionar recursos governamentais e da comunidade. Considere investir em programas para a escola aprender a fazer tudo isso.
- Para prosperar no apoio às escolas públicas, há que se requerer o envolvimento e o compromisso dos órgãos públicos a que estão subordinadas. Sem isso, os impactos ficarão limitados às equipes de profissionais das escolas apoiadas e nada garante que continuarão existindo quando essas pessoas não estiverem mais lá.
- Trabalhe para que haja integração entre o projeto que você apóia e a etapa de educação seguinte, buscando continuidade.

## **E**xperiências bem-sucedidas

### **Programa leva voluntários a escolas públicas para aprimorar o ensino fundamental**

Nome da iniciativa

#### **Comunidade Educativa**

Investidor social privado: Fundação Bunge

Período de implementação: desde maio de 2002

Recursos investidos: R\$ 500 mil em 2002

(R\$ 750 mil previstos para 2003)

**[www.fundacaobunge.org.br](http://www.fundacaobunge.org.br)**

A necessidade de promover a qualidade do ensino fundamental nas escolas públicas serve de mote para os voluntários das empresas do Grupo Bunge levarem a cabo o Comunidade Educativa. A ação visa incentivar a relação família-escola estimulando, sobretudo, o fortalecimento das Associações de Pais e Mes-tres (APMs) e apoiar o desenvolvimento de projetos que contribuam para enriquecer o ensino fundamental na rede pública.

O programa conta com cerca de 360 voluntários que atuam em sete escolas nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As escolas atendem aproximadamente 4.300 crianças e contam com pouco mais de 180 professores.

Lançado oficialmente em maio de 2002, o Comunidade Educativa já coleciona os primeiros resultados. Em outubro do mesmo ano, voluntários da Fundação Bunge promoveram simultaneamente nas escolas parceiras a Feira dos Direitos. A ação envolveu toda a comunidade escolar em torno de discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A principal característica do programa é o respeito às peculiaridades das escolas e das comunidades onde ele é implementado. Não existe um modelo padrão de ação a ser adotado. Os projetos a serem desenvolvidos em cada escola nascem de discussões envolvendo professores, pais, comunidade e voluntários. Para 2003, cada escola já definiu seu foco de atuação. A do bairro do Jaguaré (São Paulo), por exemplo, vai trabalhar a coleta seletiva de lixo, enquanto a de Santos (litoral paulista) discutirá o tripé cultura, lazer e esporte.

A fim de qualificar a ação dos voluntários, a Fundação Bunge proporciona a eles cursos sistemáticos. Professores e diretores das escolas também participam das capacitações. O diálogo e o envolvimento de todas as partes interessadas na elaboração dos projetos a serem desenvolvidos têm-se mostrado uma importante lição aprendida na condução do Comunidade Educativa. O envolvimento de todos torna a ação legítima e eleva o nível de compromisso e co-responsabilidade pelos resultados almejados.

## Programa de formação de professores leva excelência ao ensino das artes

Nome da iniciativa

### **Programa Arte na Escola**

Investidor social privado: Fundação lochpe

Tempo de implementação: desde 1989

Recursos investidos: US\$ 2,85 milhões

(contou com apoio da Vitae e do MEC)

**[www.artenaescola.org.br](http://www.artenaescola.org.br)**

Realizado desde 1989 pela Fundação lochpe, o programa Arte na Escola qualifica processos educacionais em arte por meio de parcerias e convênios com universidades, museus, fundações e secretarias estaduais e municipais de Educação. Desenvolvido em duas frentes articuladas – Educação Continuada e Videoteca –, trabalha sob o princípio de que a arte é uma atividade de pleno valor cognitivo, de vital importância na formação integral de crianças e jovens.

O programa de Educação Continuada é responsável pelas ações de qualificação dos professores dos ensinos infantil, fundamental e médio, por meio de grupos de estudo, pesquisa, cursos, seminários e elaboração de materiais pedagógicos.

A Videoteca Arte na Escola, com acervo de vídeos especializados em artes visuais, tem como objetivo instrumentalizar o ensino, proporcionando ao arte-educador o recurso à imagem móvel como elemento motivador ao aprendizado do aluno. Do mesmo modo, oferece aos associados acesso a materiais teórico-didáticos de apoio ao trabalho do professor.

Com parceiros no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Distrito Federal, a Rede Arte na Escola promove o Prêmio Arte na Escola Cidadã, que busca identificar, evidenciar e difundir projetos educativos de qualidade no ensino da arte entre os professores.

Desempenha também atividades de *advocacy*, tendo contribuído para recolocar o ensino da arte na pauta de prioridades de escolas e universidades, com a instrumentalização de cerca de 10,9 mil professores por ano.

Os resultados conquistados pela Rede Arte na Escola, que em 1999 recebeu a chancela institucional da Unesco-Brasil, motivaram a criação do Instituto Arte na Escola, uma instituição sem fins lucrativos que visa dar sustentabilidade aos esforços de qualificação do programa.

## **Ação aposta no tripé família, escola e comunidade e na vivência de valores democráticos para aperfeiçoar ensino**

Nome da iniciativa

### **Programa Escola que Vale**

Investidor social privado: Fundação Vale do Rio Doce

Período de implementação: desde 2000

Recursos investidos: R\$ 4,1 milhões

**[www.escolaquevale.org.br](http://www.escolaquevale.org.br)**

A convicção de que a tarefa de educar e de formar cidadãos requer o esforço cooperado da escola, da família e da comunidade no ensino de conhecimentos, atitudes e valores dá o tom à ação de investimento social privado da Fundação Vale do Rio Doce. Batizado de Escola que Vale, o programa consiste no desenvolvimento de uma série de iniciativas articuladas para alcançar a melhoria da aprendizagem dos alunos.

O Escola que Vale é realizado por meio de uma parceria entre a Fundação Vale do Rio Doce, prefeituras, o Centro de Educação e Documentação para a Ação Comunitária (Cedac) e 69 escolas municipais de ensino fundamental, com apoio financeiro da Companhia Vale do Rio Doce e das empresas

Pará Pigmentos e Albrás. O Cedac é o executor da ação, que abrange 12 municípios da zona de influência das empresas do grupo Vale do Rio Doce nos estados do Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais e Pará.

O Escola que Vale atua de maneira direta e sistemática com diretores, supervisores e professores da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, por meio de capacitação e desenvolvimento de projetos de trabalho na área de língua portuguesa e gestão da escola e da sala de aula, com uso de recursos tecnológicos, bem como de um projeto para a melhoria das condições físicas em cada escola.

O programa também atua de maneira indireta com os demais professores da rede, oferecendo oficinas de trabalho em arte e língua portuguesa, e possui um site que difunde suas principais ações para todos os educadores interessados na metodologia. Em 2002, o Escola que Vale atendeu 280 professores, 40 diretores, 28 supervisores e pouco mais de 12 mil alunos.

O programa prevê ainda favorecer o convívio democrático, propiciar aos alunos o conhecimento do lugar onde vivem e do que acontece no mundo, aprimorar a prática pedagógica para a melhor aprendizagem dos alunos, criando condições para que os professores utilizem novas maneiras de conduzir o processo de ensino e aprendizagem, priorizar o vínculo das escolas com a comunidade local e estruturar o trabalho na vertente da prática da cidadania e da resolução de problemas.

Entre as principais dificuldades enfrentadas está a instabilidade do quadro de professores, diretores e supervisores da rede pública de ensino, o que exigiu a articulação com as secretarias de educação para garantir maior estabilidade para esses profissionais. Na relação de lições aprendidas até o momento, consta a importância do vínculo com a comunidade na implementação de ações voltadas à melhoria da escola pública, assim como do relacionamento Estado-empresa no desenvolvimento de um projeto social.

## Conscientização para o exercício da cidadania e ações pedagógicas inovadoras alicerçam projeto

Nome da iniciativa

### **Projeto Criança/Escola de Futuro**

Investidor social privado: Instituto Algar/Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC)

Ano de implementação: 1994

Recursos investidos: R\$ 750 mil/ano

**[www.ctbctelecom.com.br](http://www.ctbctelecom.com.br)**

O Projeto Criança, desenvolvido pela empresa CTBC, é uma das iniciativas de investimento social apoiadas pelo Instituto Algar. Iniciado em 1994 como uma ação educativa para crianças e adolescentes sobre a importância de preservar os telefones públicos, o projeto evoluiu para uma série de programas estruturados que já beneficiaram cerca de 90 mil crianças e adolescentes e 1.200 professores do ensino fundamental.

O principal programa do Projeto Criança é o Escola de Futuro, direcionado a 12 escolas públicas de cidades de Minas

Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Goiás. Sua proposta é apoiar a equipe de educadores das escolas para melhorar a qualidade do ensino, implementando um projeto político-pedagógico norteado por cinco diretrizes: incentivo à leitura, educação ambiental, consciência de cidadania, participação comunitária e tecnologia como instrumento de transformação. A capacitação dos professores é o eixo central do trabalho.

Entre os resultados já aferidos estão, além da melhoria da qualidade do ensino, a redução dos índices de repetência e evasão, a maior visibilidade dessas escolas perante a comunidade, o que facilita a obtenção de apoio às suas ações, e o aumento de até 100% da procura por vagas nesses estabelecimentos.

Resistência a mudanças, disputas interpessoais, dificuldade de trabalhar em equipe e em conciliar horários para as atividades coletivas são alguns aspectos com os quais o programa lida no relacionamento com as escolas. Estratégias específicas são desenhadas para a superação dessas e de outras intercorrências naturais aos projetos sociais.

As lições aprendidas têm sido no sentido de confirmar o papel da educação como principal meio de promover transformações significativas em uma sociedade, bem como de evidenciar que o que as escolas públicas mais precisam é de motivação e apoio, uma vez que, de maneira geral, elas possuem conhecimento e até recursos para desenvolver ações pedagógicas inovadoras.

Além do programa Escola de Futuro, o Projeto Criança desenvolve o Programa Correio Educação (utilização de jornais para facilitar o aprendizado de diversas disciplinas do ensino fundamental), o Programa Axé-Uai (ação de educação por meio da música e da expressão corporal), a Cia. de Teatro Terra da Santa (formada por 30 crianças) e o Telefone Verde (frente de educação ambiental via atendimento telefônico).

## Busca de sucesso na alfabetização e na relação ensino-aprendizagem leva a conhecimentos importantes

Nome da iniciativa

### **Se Liga**

Investidor social privado: Instituto Ayrton Senna

Período de implementação: desde 1999

Recursos investidos: R\$ 400 mil em 2002 (parte veio da empresa de telecomunicações Nokia)

**[www.senna.org.br](http://www.senna.org.br)**

Cerca de 35% dos alunos com distorção idade-série, matriculados nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, não estão sequer alfabetizados. Esta constatação levou o Instituto Ayrton Senna a desenvolver para esse público o Se Liga, que foi inicialmente implantado no estado de Goiás. O objetivo é garantir um processo de alfabetização eficaz e eficiente para que as crianças possam ingressar em classes de aceleração escolar dando prosseguimento a sua vida escolar, passando mais tarde às séries mais adequadas à sua faixa etária.

Além disso, o programa também desenvolve ações para evitar que novos alunos passem de série sem estar alfabetizados.

Para isso, estabelece práticas de atenção aos alunos ingressantes no ensino fundamental, possibilita a identificação e a formação de professores-alfabetizadores, dota as redes de ensino de equipes técnicas de alfabetização e estabelece políticas de alfabetização.

A concepção do Se Liga incluiu a definição da metodologia mais adequada à realidade do público-alvo e de seus professores e previu a elaboração de materiais de apoio e de ferramentas de acompanhamento e avaliação.

Dados de 2001 revelam que a implementação da tecnologia do Se Liga permitiu que 96,4% dos alunos participantes do programa fossem aprovados. Uma análise quanto aos níveis de desempenho dos alunos indicou que o número de alunos do Se Liga que alcançou o resultado esperado é quase 20% superior ao dos alunos de turmas regulares. Por meio de avaliação externa, ficou comprovado, ainda, que os alunos aprovados aprenderam a ler e a escrever de fato.

Mais de 30 mil alunos foram atendidos pelo programa entre 1999 e 2001, enquanto em 2002 o número de alunos atendidos foi de 19 mil em todo o país. A experiência propiciou aos seus implementadores um importante conhecimento no campo específico de atuação. Entre as lições aprendidas, está a de que aplicar diagnóstico de alfabetização tanto em alunos já matriculados quanto em novos se mostrou necessário, assim como a adoção de técnicas de triagem. Outra forma de estancar o problema, por fim, é a identificação e

formação de bons professores-alfabetizadores que sejam encaminhados para a 1ª série do ensino fundamental.

O programa Se Liga é uma tecnologia avaliada, sistematizada e pronta para ser multiplicada, podendo ser adotada por qualquer cidade ou estado do país.

## **Investimento na educação infantil influencia primeira etapa de vida das crianças**

### **Nome da iniciativa**

### **Capacitar Educadores**

Investidor social privado: Instituto C&A

Período de implementação: desde 1994

Recursos investidos: R\$ 850 mil para o biênio 2001/2002

**[www.institutocea.org.br](http://www.institutocea.org.br)**

O reconhecimento da importância da educação infantil no desenvolvimento das crianças impulsiona o Instituto C&A a apoiar, desde 1994, o Capacitar Educadores. A iniciativa é executada pelo Instituto Avisa Lá e consta de um programa de formação continuada de profissionais de creches, visando transformar esses espaços educacionais em locais de atendimento de qualidade.

O Capacitar Educadores foi iniciado em São Paulo e expandiu-se para algumas capitais do Nordeste. Tem como objetivos contribuir para a melhoria da qualidade da educação infantil e para a criação de atendimentos de ponta nas regiões participantes do projeto, atuar na formação continuada de equipes de creches, formar equipes locais de formadores e produzir conhecimentos de referência em educação infantil e formação continuada.

Além dos profissionais de instituições de educação infantil, também são alvo do Capacitar Educadores as equipes técnicas de agências governamentais responsáveis pela supervisão de creches e pré-escolas.

A formação acontece em ciclos de três anos de duração e já beneficiou diretamente cerca de 1.300 educadores de 84 instituições de educação infantil. Por consequência, cerca de 10,2 mil crianças atendidas nesses equipamentos educacionais tiveram acesso a um atendimento de melhor qualidade.

A partir da experiência acumulada na área, o Instituto Avisa Lá participou da elaboração do Referencial Curricular Nacional para a educação infantil do MEC e editou, em parceria com o Instituto C&A, uma publicação sobre o tema. Os procedimentos desencadeados para buscar a titulação e o reconhecimento oficial da formação ainda não frutificaram e os esforços nesse sentido continuam.

Segundo avaliações realizadas pelos próprios instituidores e participantes da ação, o Capacitar Educadores apresenta-se como uma solução viável para a baixa escolaridade dos educadores dos estabelecimentos de educação infantil e prova que é possível desenvolver práticas educativas de qualidade em organizações da sociedade civil ou de base comunitária. Ele cria uma cultura de formação permanente nas instituições por onde passa e contribui sobremaneira para o fortalecimento institucional dessas instituições.

## Reorganização da escola e atuação sob medida fizeram a diferença em programa de capacitação de professores

Nome da iniciativa

### **Projeto Transe-Escola**

Investidor social privado: Vitae Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social

Período de implementação: de 1997 a 2000

Recursos investidos: R\$ 242 mil

(parte veio da universidade e da prefeitura)

**[www.vitae.org.br](http://www.vitae.org.br) e [www.uefs.br](http://www.uefs.br)**

O desafio de construir um novo paradigma para programas de capacitação de professores serviu como motivação para que a Vitae decidisse apoiar o projeto Transe-Escola. A ação foi concluída com sucesso, em 2000, numa experiência piloto levada a cabo em três escolas municipais de ensino fundamental situadas em Coração de Maria (BA).

O projeto visava edificar um novo padrão de qualidade do ensino oferecido em escolas públicas, com vistas a garantir a permanência bem-sucedida dos alunos na escola. Objetivava, ainda, levar as escolas envolvidas a formular seu Projeto Pedagógico de Escola (PPE), estabelecendo metas, prioridades e ações

necessárias para a superação dos problemas, a partir de um diagnóstico da sua realidade. Também pretendia, por fim, promover um programa de formação continuada que subsidiasse a elaboração dos PPEs e envolvesse as escolas e suas equipes de trabalho, de modo a possibilitar a reorganização da escola como um espaço de formação para todos.

O Transe-Escola nasceu de uma evolução do projeto Transformando a Educação no Ensino Fundamental (Transe), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que, por meio da capacitação de professores em oficinas pedagógicas, muito contribuiu para a revitalização da prática docente na sala de aula, sem resultar, todavia, na efetiva mudança dos indicadores básicos de qualidade da aprendizagem na região, conforme avaliação realizada pelo Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), a pedido do Ministério da Educação.

O apoio da Vitae possibilitou a reorientação das atividades do projeto Transe, adotando várias inovações em relação aos programas tradicionais de capacitação de professores: 1) partiu de uma avaliação diagnóstica geral e particularizou a avaliação diagnóstica para cada escola; 2) baseou-se em dificuldades reais, objetivas e mensuráveis de aprendizagem dos alunos e não em carências supostas ou em demandas dos docentes; 3) comprometeu-se com metas positivas claras e também mensuráveis, a serem alcançadas quanto aos indicadores básicos de qualidade do ensino (índices de evasão, repetência e de aproveitamento), assim como com metas qualitativas e culturais, a exemplo de evolução da auto-estima e

da valorização das tradições locais; e 4) considerou cada escola como uma totalidade e locus de todo o processo, em interação com as demais escolas da rede, com múltiplos protagonistas – alunos, professores, funcionários, direção, pais, autoridades do sistema de ensino – que foram colocados como sujeitos e autores do processo de mudança.

Entre os resultados atingidos pela ação, destacam-se a reorganização do currículo das escolas, a elevação dos índices de aprovação, a transformação do espaço escolar em ambiente estimulador da aprendizagem, a integração entre as escolas e a comunidade, a redefinição da formação continuada de professores pela UEFS e a disseminação da proposta para outros municípios.

A experiência piloto do projeto Transe-Escola contou com a assessoria de especialistas da equipe do Cenpec, que realizou a avaliação inicial.

### **L**egislação e educação

As diretrizes e as bases da educação no Brasil estão estabelecidas na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A chamada nova LDB descreve todos os principais parâmetros legais que regem a educação no Brasil, por isso é essencial que o investidor social privado interessado no tema conheça minimamente o seu conteúdo.

Também chamada de Lei Darcy Ribeiro, por ter sido o então senador o responsável pela redação do texto final, a lei começou a ser elaborada após a Constituição Federal de 1988. Duas versões tramitaram em discussões e emendas por um período de oito anos, até que uma delas foi aprovada, em substituição à LDB de 1971 (Lei nº 5.692) e a outros dispositivos e leis que definiam diretrizes para a educação.

A nova LDB proclamou a democratização da educação escolar e a universalização do ensino fundamental, que se tornou obrigatório e a sua garantia um dever do Estado, conforme já previra a Constituição. Também apregoou a valorização do profissional de educação e a busca de capacitação para o magistério como meios de elevar a qualidade do ensino.

No plano prático, trouxe melhor definição de papéis entre União, estados e municípios, concedeu maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas da rede pública, flexibilizou conteúdos e currículos, sem pôr em risco uma formação básica comum, e reconheceu as organizações da sociedade civil como legítimas instâncias de educação. Criou mecanismos para impulsionar a qualifi-

cação do magistério estipulando que, a partir de 2007, somente sejam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço, e ratificou a instituição de um processo regular de avaliação do ensino (veja capítulo 5 desta publicação). Assegurou a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou instâncias equivalentes, determinando essa participação como um dos princípios da gestão democrática do ensino público básico.

Pela nova LDB, coube à União administrar as instituições federais do ensino superior, ao mesmo tempo em que foi disparado um processo de “municipalização” do ensino fundamental e de “estadualização” do ensino médio. Embora não obrigatória, a educação infantil foi incluída como um direito público e considerada a primeira etapa da educação básica, sob a responsabilidade dos municípios. Tradicionalmente submetidas aos setores de assistência social, as creches e pré-escolas passaram a ser integradas ao sistema educacional brasileiro.

A nova LDB instituiu a Década da Educação, que começou em 1997. As diretrizes e metas da Década da Educação foram estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001). O Plano Nacional de Educação foi elaborado em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos que, por sua vez, foi aprovada durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março de 1990 em Jomtien, Tailândia.

As prioridades do Plano Nacional de Educação que orientam a Década da Educação incluem:

- Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e sua permanência na escola e a conclusão desse ensino;
- Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
- Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e o ensino superior. Está prevista a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de 6 anos de idade, quer na educação infantil, quer no ensino fundamental, e a gradual extensão do acesso ao ensino médio para todos os jovens que completam o nível anterior, bem como para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias;
- Valorização dos profissionais da educação, por meio do incentivo à formação inicial e continuada, em especial dos professores, da garantia das condições adequadas de

trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério;

- Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

De modo geral, a nova LDB é considerada uma lei que atende de forma satisfatória às necessidades de regulação da educação no Brasil e que trouxe avanços significativos em termos de legislação, embora ainda esteja longe da completa efetivação. Fazer valer a nova LDB seria, sem dúvida, um desafio legítimo para o investidor social privado e um importante balizador para suas ações.

**DICA DE  
CONSULTA**

Faça o download da nova LDB  
e do Plano Nacional de Educação  
**[www.mec.gov.br/home/legislacao/default.shtm](http://www.mec.gov.br/home/legislacao/default.shtm)**

## O financiamento da educação e o Fundef

Segundo a Constituição Federal de 1988, a União deve aplicar, anualmente, pelo menos 18% da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, enquanto nos estados e municípios esse índice deve ser de, no mínimo, 25%. A Constituição também determina que a distribuição dos recursos públicos deve assegurar prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, que é o ensino fundamental.

A fim de colocar em prática as propostas da nova legislação, o governo federal buscou formas de mudar os mecanismos de financiamento da educação, especialmente do ensino fundamental. Assim, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela lei nº 9.424, de dezembro do mesmo ano, e pelo decreto nº 2.264, de junho de 1997.

Definido como um fundo contábil, o Fundef é uma nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao ensino fundamental e foi implementado em 1º de janeiro de 1998. Com o Fundef, dos 25% que a Constituição obriga os estados e os municípios a investirem na educação, pelo menos 60% – o equivalente a 15% de toda a arrecadação fiscal – devem ser aplicados exclusivamente no ensino fun-

damental. Ainda, do montante destinado ao ensino fundamental, 60% são necessariamente utilizados para a remuneração de docentes.

O repasse dos recursos do Fundef é feito com base no número de alunos matriculados nas escolas de cada rede de ensino e numa estimativa de custo mínimo de aluno/ano. Em 2002, o custo mínimo aluno/ano foi calculado em R\$ 418 para alunos de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries e em R\$ 438,90 para alunos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries e da educação especial. Caso a arrecadação dos estados ou municípios seja insuficiente para fazer frente a esses referenciais, a Lei determina que a União entre com a complementação dos valores.

Por apresentar normas de aplicação e limites bem-definidos, o Fundef constituiu-se num artifício que praticamente impede que os recursos destinados à educação ganhem outra finalidade. Seu impacto nos orçamentos municipais foi enorme, o que conferiu a magnitude desejada à área da educação.

**DICA DE  
CONSULTA**

Saiba mais sobre o Fundef  
**[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)**

## Glossário

**Abandono escolar** – baixo índice de frequência na escola. Abstenções superiores a 25% levam o aluno ao comprometimento do aproveitamento escolar e à repetência.

**Ação complementar à escola** – oportunidade educacional de natureza livre e voltada a crianças e adolescentes, geralmente oferecida por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, em período alternado ao da escola.

**Aprovação** – promoção do aluno de um ano letivo para outro, devido a níveis adequados de aproveitamento escolar.

**Cobertura ou atendimento** – percentual de crianças e adolescentes, sobre o total da população de crianças e adolescentes do país, que estão matriculados na escola.

**Distorção idade-série** – percentual de crianças e jovens onde existe atraso escolar, ou seja, discrepância entre a idade adequada para cursar determinado nível de ensino e a idade real em que esse nível é cursado.

**Educação básica** – nível educacional que objetiva desenvolver o educando, assegurando-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. É com-

posta por educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

**Educação escolar** – denominação que corresponde a dois níveis de ensino: educação básica e educação superior.

**Educação infantil** – é a primeira etapa da educação básica e visa o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos. É oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças até 3 anos e em pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos.

**Educação superior** – é o segundo nível da educação escolar, composto por cursos de graduação, de pós-graduação, cursos de extensão e cursos seqüenciais por campos de saber.

**Ensino formal** – iniciativas educacionais de caráter intencional, estruturadas, organizadas, planejadas e sistemáticas. Aplica-se à educação escolar e a outras modalidades de educação – como a educação de adultos, a educação sindical, a educação profissional – onde haja sistematicidade e condições previamente preparadas, dentro do que se pode chamar de trabalho pedagógico-didático.

**Ensino não-formal** – iniciativas educacionais de caráter intencional que não apresentam, em regra, ampla estruturação ou sistematização.

**Ensino fundamental** – é a segunda etapa da educação básica, obrigatório e gratuito nas escolas públicas e oferecido principalmente pela rede municipal de ensino. Corresponde ao que se convencionava chamar de 1o. grau e acolhe, em geral, crianças de 7 a 14 anos.

**Ensino médio** – é a etapa final da educação básica, possui duração mínima de três anos e é destinado a adolescentes entre 15 e 17 anos, embora atenda muitos indivíduos de faixa etária superior, devido à distorção idade-série. Na rede pública, é oferecido fundamentalmente pelo governo estadual e corresponde ao que se convencionava chamar de científico, colegial ou 2o. grau.

**Equipamento educacional** – denominação das estruturas físicas direcionadas à realização de atividades educativas, como uma escola, universidade, creche, centro de atendimento a adolescentes e jovens.

**Evasão escolar** – desistência, por parte do aluno, das atividades escolares.

**Investimento social privado** - é o repasse voluntário de recursos privados (doação) de forma planejada, monitorada e sistemática, para projetos sociais de interesse público.

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**Reprovação** – retenção do aluno no ano letivo, devido ao baixo aproveitamento.

**Taxa de analfabetismo** – percentual de pessoas com mais de 15 anos incapazes de ler e escrever um bilhete simples. O calendário do Ministério da Educação (MEC) indica que se a criança não se atrasar na escola ela completará o ciclo de alfabetização aos 14 anos, ao finalizar o ensino fundamental, daí a medição do analfabetismo se dar a partir dos 15 anos.

**Taxa de escolarização líquida** – percentual de alunos entre 7 e 14 anos e entre 15 e 17 anos que freqüentam o nível de ensino adequado à sua faixa etária.

\* Fonte: Sinopse GIFE, com base na pesquisa de publicações e fontes de informação diversas.

## Referências bibliográficas

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 17 p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: nov. 2002.

BOMENY, H.; PRONKO, M. *Empresários e educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Preal/Cpdoc-FGV, Fundação Ford, 2002. 71 p.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. (Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, Da Educação, Arts. 205 a 216)

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF. 1996.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001: aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Brasília, DF: 2001.

CONGRESSO NACIONAL SOBRE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO, 1., 2000, Vitória. *Destaques das apresentações*. São Paulo: GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas, 2000. 68 p.

EDUCAÇÃO infantil no Brasil. 1994-2001 (A). Brasília: Ministério da Educação, 2001. 27 p. <<http://www.mec.gov.br/acs/ftp/Relinfantil.pdf>>. Acesso em: nov. 2002.

EDUCAÇÃO no Brasil 1995-2001. Brasília: Ministério da Educação, 2001. 38 p. <<http://www.mec.gov.br/acs/ftp/EducBrasil.pdf>>. Acesso em: nov.2002.

EDUCAÇÃO profissional de adolescentes: cadastro das iniciativas não-formais. Região Sudeste. Salvador, 1997. (Educação Profissional de Adolescentes, 1) Realização: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Fundação Odebrecht, Instituto Ayrton Senna, Instituto Credicard/Abrasso, Ministério do Trabalho, Unicef, Vitae – Apoio à Educação e Promoção Social.

FATOS sobre a educação no Brasil 1994-2001. Brasília: Ministério da Educação, 2001. 19 p. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/acs/ftp/fatos.doc>>. Acesso em: nov.2002.

**FONTES** em educação: guia para jornalistas. Brasília: Fórum Mídia & Educação, 2001. 440 p.

**GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS.**

*Guia GIFE sobre Investimento Social Privado no Brasil: como iniciar uma ação social na sua empresa.* São Paulo, 2002. 48 p.

**GRANATO, A.** *Estudar vale ouro.* Disponível em: <[http://veja.abril.uol.com.br/idade/educacao/230998/p\\_110.html](http://veja.abril.uol.com.br/idade/educacao/230998/p_110.html)>. Acesso em: 16/01/2003.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.** *Censo*

*Demográfico 2000.* Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11/11/2002.

**INSTITUTO C&A de DESENVOLVIMENTO SOCIAL.** *Marco teórico conceitual do Instituto C&A.* São Paulo, 2002. 42 f.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS.**

*Taxa de escolarização líquida e atendimento: Brasil, regiões e UF (tabela).* Disponível em: <[http://www.inep.gov/imprensa/estatisticas/indicadores/atend\\_escol.htm](http://www.inep.gov/imprensa/estatisticas/indicadores/atend_escol.htm)>. Acesso em: 10/11/2002.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS.**

*Taxas de promoção, repetência, evasão e distorção idade-série (tabela).* Disponível em: <[http://www.inep.gov/imprensa/estatisticas/indicadores/prom\\_rep\\_evas\\_dist.htm](http://www.inep.gov/imprensa/estatisticas/indicadores/prom_rep_evas_dist.htm)>. Acesso em: 10/11/2002.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS.**

*Geografia da Educação Brasileira 2001.* Brasília, 2002. 242 p.

**LIBÂNEO, J. C.** *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 2.ed. São Paulo:

Cortez, 1999. 200 p.

**RESULTADOS preliminares do Censo Escolar de 2002.** Disponível em:

<<http://www.inep.gov.br>>. Acesso: em 11/2002.

**SAVIANI, D.** *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.* 5.ed.rev.

Campanas: Autores Associados, 1999. 242 p. (Coleção Educação Contemporânea)

